



"A Previdência Complementar fechada voltou a ser prioridade para o governo", diz Luís Ricardo

13/09/19

Da reunião de ante-ontem do CNPC participaram altas autoridades e tal presença constitui, na visão da Abrapp, algo significativo e que deve ser levado muito em conta. A publicação **Acontece** abre hoje a cobertura do evento chamando a atenção para a "participação de importantes lideranças do governo federal e do Ministério da Economia, como o Secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, o Secretário de Previdência, Leonardo Rolim, o Subsecretário do Regime de Previdência Complementar, Paulo Valle, além do novo Diretor Superintendente da Previc, Lúcio Capelletto. A Superintendente da Susep, Solange Paiva participou na condição de convidada, entre outras autoridades."

"A Previdência Complementar Fechada voltou a ser prioridade para o governo. E a retomada dos trabalhos do CNPC é um fator importante para a discussão de temas estratégicos para nosso setor", diz Luís Ricardo, Presidente da Abrapp. É que com o início do novo governo, o órgão não havia se reunido no primeiro semestre do ano e havia a expectativa para a retomada de seus trabalhos, que ocorreu no dia 25 de julho, com a primeira reunião do ano e a nomeação de seus novos integrantes.

Um tema tratado na reunião, conforme noticiado ontem aqui pelo **Ancep Notícias**, foi a criação, por sugestão da Abrapp, de um Grupo de Trabalho destinado a debater tecnicamente a questão da marcação - a mercado ou na curva - de títulos públicos, um tema de cujo desenho naturalmente interessa de perto a Ancep. Até porque vai estar em jogo a Resolução CNPC 29, aquela que trata dos procedimentos contábeis.

A ideia é que o Diretor-Superintendente da Previc, Lúcio Capelletto, encaminhe os convites aos integrantes do GT.

Para o Presidente da ANCEP, Roque Muniz, que acompanhou a reunião, a criação do GT é bem vinda por assegurar um debate aprofundado e técnico sobre um tema da maior importância, no qual é necessário se estar permanentemente atento a um efetivo casamento entre os ativos e o passivo.

Na mesma linha, Luís Ricardo diz ser esse "um tema que nos preocupa e estamos acompanhando de perto". O dirigente defende que possíveis mudanças devem levar em consideração a análise do perfil do passivo dos planos das EFPC, sempre que preservando as regras vigentes atualmente para o estoque de ativos dos planos. "Não podemos alterar a gestão dos ativos sem olhar para o passivo", comentou.

O CNPC também deu início a um debate em torno da atualização da resolução CNPC 19, que trata da certificação e habilitação de dirigentes. Ao mesmo tempo, iniciou uma discussão sobre o aperfeiçoamento de regras para divulgação de informações aos participantes dos planos de benefícios.

Inscrições em seminário da Previc sobre comitês de auditoria vão até segunda-feira

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) realizará no próximo dia 23 o seminário **Boas práticas de Comitê de Auditoria**, sendo que a resposta de nosso público a esse evento está sendo a melhor possível, com perto de centena e meia de inscrições até o momento. Quem deseja se inscrever tem prazo até a próxima segunda-feira (16) para fazê-lo.

O evento é destinado aos membros do Comitê de Auditoria, conselheiros e dirigentes de EFPC, para que possam compartilhar experiências, além de conhecer boas práticas de governança e experiências de outros órgãos supervisores do Sistema Financeiro Nacional.

O seminário contará com as presenças de diretores da Previc, da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) e da Associação Nacional de Contabilistas em Entidade de Previdência (ANCEP). Também estarão presentes representantes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e de Comitês de Auditoria da Funcef, da Fundação Copel, da Petros e do Postalís, com o objetivo de compartilhar suas experiências na atividade do Comitê de Auditoria. Ao final, os participantes terão oportunidade de participar dos debates e esclarecer dúvidas.

O evento será realizado no Auditório do bloco "K" do Ministério da Economia. As inscrições são gratuitas e serão realizadas por meio da página <http://cgaceventos.wixsite.com/comitedeauditoria>.

EFDF Reinf: orientação precisa e de qualidade, na segunda-feira, dia 16, em Salvador

A ANCEP vai estar realizando na próxima segunda-feira, dia 16, em Salvador, o seminário **Nova EFDF Reinf, DCTFWeb e Relação com o e-Social**. O evento irá acontecer no auditório da BASES, uma entidade que é referência em tudo que o nosso sistema tem de melhor, e está localizada à Rua da Grécia, nº8 • Ed. Serra da Raiz, na capital baiana.

O seminário terá como instrutor Edgar Grassi, Diretor de Administração e Seguridade da CBS e conselheiro da ANCEP. Na condição de um dos maiores especialistas na matéria, Edgar Grassi alerta: Com as mudanças operadas no eSocial, as informações de natureza tributária, inclusive para o financiamento da previdência social, serão tratadas pela EFDF-Reinf, módulo do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, instituído pelo Decreto n. 6022, de janeiro de 2007. Essa nova

obrigação, EFD - Reinf, tem como prazo de entrega a partir de 10 de janeiro de 2020, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2020.

Todas as informações prestadas na EFD - Reinf serão consolidadas com eSocial no ambiente da DCTFweb, que será responsável pela emissão do Darf (Documento de arrecadação da Receita Federal), esclarece Edgar.

Portanto, os ancepianos não têm tempo a perder em se inscrever, levando em conta que após Salvador o seminário será apresentado em Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, São Paulo e Fortaleza.

Petros: Petrobras pode sair de prédio em Salvador

Alvo da Lava-Jato, um dos edifícios mais emblemáticos da Petrobras, a Torre Pituba, será desocupado pela estatal no próximo ano. A saída deve acontecer pouco mais de quatro anos após a inauguração do prédio em Salvador, informa a FOLHA DE S. PAULO.

Com 22 andares, 2.600 vagas de garagem e heliponto, a Torre Pituba foi erguida com contrato de locação firmado em 2010 entre a Petrobras e a Petros.

O aluguel pago mensalmente a Petros é de R\$ 6,8 milhões, com correção anual pelo Índice Nacional da Construção Civil, conforme contrato assinado por 30 anos.

O contrato foi alvo de denúncia do Ministério Público Federal, que apontou pagamento de pelo menos R\$ 68 milhões em propinas. O imóvel, segundo a Petrobras, tem taxa de ocupação de 20% e elevados custos de aluguel e manutenção.

Funcef ultrapassa meta atuarial

Apesar do impacto negativo da Vale, os investimentos da FUNCEF alcançaram rentabilidade consolidada de 4,80% no primeiro semestre de 2019, valorização acima da meta atuarial de 4,73% e equivalente a 156% do CDI, informa o portal da FUNCEF.

O resultado de R\$ 3,1 bilhões, 46% superior ao registrado ao primeiro semestre do ano anterior, é particularmente importante num momento em que o principal ativo da carteira da Fundação – as ações da Litel, veículo pelo qual a FUNCEF investe indiretamente na Vale – apresentou impacto negativo de R\$ 525 milhões.

Três dos quatro planos da entidade superaram a meta atuarial. Os planos mais jovens, Novo Plano e REB, com baixíssima exposição a Litel, apresentaram rentabilidades expressivas de 7,29% e 6,98%.